



Anais da Assembléia

N. 53

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1987

ANO XIII

1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11. LEGISLATURA
ATA DA 41. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1987
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Alga-ci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanuso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Acyr Mezadri, Gernote Kirinus e Pedro Tonelli (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 44/87

Curitiba, 18 de maio de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 13 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n. 44/87- Mensagem Governamental n. 39/87, que tem por finalidade a extinção de 8.303 (oito mil trezentos e três) cargos de provimento efetivo da Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, criado pela Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e constantes dos grupos ocupacionais nela previstos.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto e profundo pesar pelo falecimento do Senhor Olívio Angelo Bolognini, ocorrido no dia 13.05.87, no Município de São Pedro do Ivaí.

O Senhor Olívio foi uma extraordinária criatura humana, agricultor que sempre se destacou pelo seu esforço, competência e excessivo trabalho. Nascido em 16.04.1916, natural de Santa Amélia, Estado de São Paulo, um dos fundadores de São Pedro do Ivaí, já considerado um cidadão ~~são-pedrense~~, chegou na localidade em 1950, onde permaneceu até os últimos dias de sua

existência.

O passamento do Senhor Olívio foi uma perda irreparável que causou profunda tristeza e dor aos familiares e àqueles que tiveram o privilégio da sua convivência.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja comunicada à família enlutada, através do Senhor Sebastião Guimarães Vieira, um dos expoentes líderes de sua família naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora CÉLIA BERNARDES DA CUNHA, genitora da Senhora Vereadora Célia Maria da Cunha, que exerce seus trabalhos na Câmara do Município de Cruzeiro do Sul.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais da extinta.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) ANTONIO BÁRBARA

Apoio: Ferrari Júnior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento de MIGUEL MICHALOWSKI, falecido em Prudentópolis- Pr.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

Miguel Michalowski, foi um dos pioneiros que acreditou em Prudentópolis, tendo sempre participação ativa no comércio, na política e na vida comunitária do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja consignado voto de congratulações ao Secretário da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, pela sua democrática decisão determinando levantamento da intervenção, que já completava mais de 15 meses, no Colégio Estadual do Paraná, o maior estabelecimento público de ensino paranaense.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao

Secretário de Educação.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia Legislativa a seguinte proposição:

REQUER, "votos de louvor e congratulações", ao Jornal "PIATÁ", do Município de São José dos Pinhais, pela edição do seu 18.º número.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste ao Jornalista responsável, Nery Soares (Rua Paulino Cortes, 1411- São José dos Pinhais-Pr).

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A história hoje é feita através dos meios de comunicação. O jornalista, o comunicador representam o papel de historiador. Assim, qualquer tentativa de contribuição para a evolução cultural do homem através da comunicação, merece ser incentivada e apoiada.

O PIATÁ, nascido do idealismo de alguns que, sabemos, enfrentam duras lutas para participar da história, aos poucos vai se impondo e evoluindo no seu papel informativo. O esforço de todos aqueles que trabalham para torná-lo realidade, justificam esta proposição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, fazendo uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado um voto de apoio ao Programa Estadual de Melhoramento Genético, em Suínos/Ano 1987, elaborado pela Associação Paranaense de Suinocultores- APS.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

É significativa a participação da suinocultura paranaense no sistema de arrecadação de tributos ao Estado, sendo também importante a colaboração que ela presta ao mesmo quanto à fixação da mão-de-obra no campo. No entanto, a suinocultura enfrenta grande carência de recursos para concretizar seus objetivos de montar uma infraestrutura material e de pessoal, necessário para possuir complexo sistema de melhoramento genético no Paraná.

Visando a elevação da renda por animal abatido, a Associação Paranaense de Suinocultores busca dotar as granjas terminadoras de material genético superior, objetivo que será alcançado, basicamente, via granjas de reprodutores, através das esta-

ções de testes e centrais de inseminação artificial.

O Programa Estadual de Melhoramento Genético em Suínos, ano 1987, elaborado pela Associação Paranaense de Suinocultores, com a participação de entidades dedicadas à causa, tem amplo alcance, uma vez que objetiva a elevação da performance do rebanho paranaense, pela diminuição da idade de abate, conversão alimentar, aumento do rendimento e da qualidade das carcaças.

Tem ele também a determinação de aperfeiçoar a qualidade de atendimento da APS aos seus associados, através da melhor estruturação de suas organizações municipais, regionais e estadual. Os recursos já alocados vêm se mostrando insuficientes para cobrir os gastos com a operacionalização da Central de Inseminação Artificial de Suínos em Francisco Beltrão, com a Estação de Avaliações de Suínos, em Toledo, com as Estações de Testes de Reprodutores Suínos a serem construídas em Francisco Beltrão e Toledo, com o sistema próprio de computação, em fase de instalação, que será utilizado junto ao seu Serviço de Registro Genealógico e com os diversos treinamentos aos jurados, inspetores e produtores.

Justifica-se dessa forma, o voto de apoio ao Programa Estadual de Melhoramento Genético em Suínos, em face dos inúmeros e nobres objetivos que ele encerra.

Uma vez aprovado, seja dada ciência à Associação Paranaense de Suinocultores, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, ao Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Iris Rezende e às Associações Municipais de Suinocultores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental e com base no inciso VIII, do Art. 16, da Constituição do Estado, licença da Assembléia Legislativa, para viajar ao exterior, em caráter cultural, pelo prazo de 15 dias.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que no presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Assembléia, ouvido o Plenário, encaminhar ao Senhor Ministro da Agricultura, a Sua Excelência o Governador Álvaro Dias e ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, moção de apoio ao Programa Estadual de Me-

lhoramento Genético em Suínos/1987 - documento que anexamos ao presente requerimento e do qual solicitamos, respeitosamente, sejam enviadas cópias às autoridades relacionadas.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Da leitura do documento que ora encaminhamos à Mesa é possível avaliar o trabalho da Associação Paranaense dos Suinocultores - APS, desde a sua instalação; dá ainda uma visão rápida da situação da suinocultura em nosso Estado, quase como um diagnóstico das necessidades vividas por essa atividade. Nas justificativas o documento deixa claro a participação da suinocultura na economia do Paraná e as opções para a sua recuperação técnica com reflexos na rentabilidade.

Todos os objetivos da Associação Paranaense dos Suinocultores vêm expostos no memorial e como tal, as reivindicações de recursos técnicos e financeiros para melhor aparelhamento e implementação. Conhecida a importância da suinocultura na economia paranaense e analisando convenientemente o documento ora exposto ao estimado estudo dos Senhores Deputados, julgamos justo o apoio solicitado o qual, quando menos, virá ao encontro dos interesses plenamente justificados do setor produtivo do Estado.

Aduzimos, mais, que o trabalho da Associação Paranaense dos Suinocultores conduzirá, se convenientemente apoiado, a suinocultura paranaense ao nível de adiantamento dessa especialidade em centros considerados mais evoluídos, pelo que esperamos poder contar com a simpatia de todos os membros desta Assembléia Legislativa.

PROGRAMA ESTADUAL DE MELHORAMENTO GENÉTICO EM SUÍNOS - ANO 87

1. IDENTIFICAÇÃO - Associação Paranaense de Suinocultores - APS.
2. DATA DE ELABORAÇÃO - março de 1987.
3. INTRODUÇÃO - A Associação Paranaense de Suinocultores - APS, fundada em 1971, enfrentou desde o início da sua fundação, inúmeras barreiras para o seu desenvolvimento, sendo que o seu trabalho inicial ficou restrito basicamente às Granjas de Reprodutores, apesar da consciência de que o seu trabalho deveria ser mais amplo, abrangendo inclusive os produtores terminadores. Dessa forma, apesar das dificuldades existentes, o objetivo maior, da busca de representatividade, foi alcançado, graças principalmente aos recursos próprios da APS, os quais obviamente são reduzidos, e também à determinação da Diretoria em expandir a organiza-

ção, aos pequenos produtores. Por outro lado, o Paraná sempre apresentou-se em vantagem em relação aos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde existe verdadeira opção pela suinocultura. Ocorre neste período, a maior oportunidade por parte dos Estados citados no tocante ao recebimento de verbas federais situação esta que começa a ser revertida, pois alguns recursos, insuficientes, estão sendo alocados. Sendo assim, com o relativo apoio das Instituições Estaduais, principalmente aquelas ligadas a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná e, também, graças à sensibilidade das Prefeituras Municipais, a APS está podendo desenvolver o seu PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO. Detalhe a ser ressaltado é o fato do MELHORAMENTO GENÉTICO ser executado exclusivamente pela APS, via Granjas de Reprodução, filiadas junto à Associação e também, através das Estações de Testes e Central de Inseminação Artificial de Francisco Beltrão, administrada pela nossa APS.

4. JUSTIFICATIVAS: A participação da suinocultura paranaense, grande fixadora de mão-de-obra no campo, no sistema de arrecadação de tributos ao Estado é significativa, sobrepujando diversos outros segmentos, conforme pode ser avaliado pelos dados da própria Secretaria de Finanças. Apesar desta importante participação a suinocultura paranaense é demasiadamente carente de recursos para levar avante os seus objetivos de montar toda a infraestrutura material e de pessoal, necessária para possuir complexo sistema de MELHORAMENTO GENÉTICO dentro do Estado. A finalidade principal é a de dotar as granjas terminadoras de material genético superior, visando a elevação da renda por animal abatido, o que se conseguirá basicamente via granjas de reprodutores, através das Estações de Testes (ETRS e EAS) e Centrais de Inseminação Artificial. Dessa forma há a necessidade premente da APS contar com recursos para a execução do seu PROGRAMA ESTADUAL DE MELHORAMENTO GENÉTICO. Os recursos já alocados, em face de suas limitações quantitativas, são insuficientes para a operacionalização da Central de Inseminação Artificial de Suínos - Francisco Beltrão, Estações de Testes de Reprodutores Suínos, a serem construídas em Francisco Beltrão e Toledo, Estação de Avaliação de Suínos, em Toledo e, ainda a operacionalização do seu Sistema de Computação, em fase de instalação, a ser utilizado junto ao seu Serviço de Registro Genealógico. Há a necessidade de recursos para os diversos treinamentos aos jurados, inspetores e produtores. Recursos também são necessários para a estruturação administrativa das unidades programadas pelo

PROGRAMA DE MELHORAMENTO elaborado para o ano de 1986. (ETRS-F. Beltrão), (COMPUTADORIZAÇÃO SERVIÇO GENEALÓGICO-Curitiba), (CENTRAL INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL- F. Beltrão), (EAS-Toledo), (CENTRAL INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL-Toledo), (ETRS-Toledo).

5. OBJETIVOS: Elevação da performance do rebanho paranaense, via diminuição da idade de abate, conversão alimentar e aumento do rendimento e da qualidade das carcaças. Elevação da qualidade de atendimento da APS aos seus associados, através da melhor estruturação de suas organizações municipais, regionais e estadual.

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: nas granjas de reprodutores: realização de testes de granja, testes de reprodutores (ETRS), testes de progênie (EAS), aquisição de equipamentos que viabilizem estes testes, tais como, ultra-som e, melhoria da inspeção zootécnica visando o MELHORAMENTO GENÉTICO, bem como introdução de linhagens melhoradas, via importação de sêmen.

Nas granjas terminadoras introdução de grande número de reprodutores melhorados, identificados através dos testes. Disseminação da prática de Inseminação Artificial.

Na Associação Paranaense de Suinocultores: computadorização do Registro Genealógico, objetivando a realização de análises estudos e fornecimento aos criadores de relatórios sobre o desempenho dos animais. Organização administrativa da CIAS - Francisco Beltrão, Estação de Avaliação de Suínos - EAS/Toledo, Estação de Testes de Reprodutores Suínos - ETRS/Toledo e Francisco Beltrão. Publicação de Boletins informativos, realização de cursos, palestras e visitas aos jurados, inspetores e produtores. Ampliação do quadro social. Estruturação no sentido de ser definitivamente criado canal de comercialização através da Bolsa de Mercadorias no Estado do Paraná.

7. METAS: Pretende-se em 1987 a execução das seguintes metas:

ESPECIF.	MEDIDA	ATUAL.86	PREVISÃO.87
sócios	n.	10.000	11.500
regionais	n.	03	03
municipais	n.	56	60
gr. reprodut.	n.	54	58
computação	n.	00	01
testes granja	n.		1.800
testes-etrs	n.		150
testes-eas	n.		30
reg. puros	n.	19.773	26.000
reg. cruzados	n.	2.380	4.500
sêmen	n.	6.046	6.500
cursos	n.	08	04
prod. trein.	n.	136	50
visitas	n.	40	40
palestras	n.	04	12

boletins	n.	04	04
repr.CIAS/FB	n.	03*	06**

* adquiridos e 1986

** a serem adquiridos em 1987.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS: PROCESSAMENTO

1. Manutenção do Equipamento:	40.000,00
2. Implantação e treinamentos:	150.000,00
3. Despesas Administrativas:	100.000,00
SUB-TOTAL	290.000,00

IMPLANTAÇÕES E REFORMAS NAS ESTAÇÕES
DE TESTES E CENTRAL DE INSEMINAÇÃO - FB:

1. Instalação Adminis. ETRSS	60.000,00
2. Consertos, reformas das instalações, equipamentos e veículos da CIAS-FB	70.000,00
SUB-TOTAL	130.000,00
TOTAL	420.000,00

JOÃO LUIS SEIMETZ
Presidente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhar a Sua Excelência o Presidente da República, aos Senhores Ministros da Agricultura e da Fazenda, a Sua Excelência o Governador Álvaro Dias e ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Moção de Apoio aos Sindicatos Rurais do Sudoeste do Paraná considerada a exposição feita em Memorial que ora enviamos aos nobres Deputados, cuja cópia rogamos enviar às autoridades relacionadas.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Da análise do documento ora enviado e no cotejo com o quadro sinóptico das medidas autorizadas pelo Governo Federal, por meio de Portaria do BANCO CENTRAL DO BRASIL, verificamos as razões - perfeitamente justas - dos Sindicatos Rurais signatários do memorial em apreço.

Na verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tem razão os Sindicatos Rurais daquela Região, quando reivindicam a justa igualdade entre os mutuários de crédito rural, independente do porte da empresa - seja mini, pequena média ou grande.

Estamos certos de que estudada a matéria com o necessário vagar, verificaremos que todos os devedores enfrentam iguais dificuldades, cada um guardando a proporção que representa no contexto.

Destarte, julgamos justo o apoio aos

Sindicatos Rurais do Sudoeste do Paraná, rogando repetidamente, o aval solicitado e formalizado pela Assembléia Legislativa no exercício do seu papel de Legítimo Guarda dos interesses paranaenses e das classes que por eles se empenham.

Francisco Beltrão, 13 de maio de 1987.

As Autoridades Monetárias e Governamentais do Brasil, Os Presidentes dos Sindicatos Rurais do Sudoeste do Paraná ao final assinados, reunidos nesta data, em Francisco Beltrão, após detido e minucioso análise das medidas até aqui anunciadas pelo Governo Federal como forma de amenizar a drástica situação que vive a Agricultura, concluíram pela tomada das seguintes posições:

1. As medidas, até aqui anunciadas, não obstante insuficientes, amparam somente a uma pequena parcela dos Produtores. Valeu-se, o Governo Federal, de critérios de classificação dos Produtores (minis, pequenos, médios e grandes), cuja classificação além de irreal e injusta, que é, não entendemos como conceber-se, qualquer discriminação entre as mesmas, quando, todas se encontram drasticamente atingidas pela crise do Setor Agrícola, e especialmente pelo insucesso do Plano Cruzado que congelou e tabelou os produtos dos Agricultores, mas não conseguiu manter congelado os insumos e os próprios encargos às dívidas contraídas pelos Agricultores;

2. Diante do já exposto, requer-se das Autoridades Monetárias Nacionais, como forma de justiça, absoluta equiparação de tratamento, a todos os produtores, uma vez que o grau de dificuldades e os riscos da insolvência, são equivalentes a todos, indistintamente;

3. Que, a todos os financiamentos realizados anterior a 28.02.86, concedidos a qualquer categoria de Produtor, com saldo devedor em 28.02.87, independente de valor, sejam concedidos a isenção da Correção Monetária no período de 01.03.86, a 28.02.87, sendo que a partir de 01.03.87, seja concedido aos minis, pequenos e médios Produtores, a isenção da Correção Monetária até 30.06.87. E aos grandes Produtores, seja concedido um rebate de 50% da Correção da LBC, equiparando-se aos Contratos efetivados entre 01.03.86 a 28.02.87, beneficiados, pela Resolução n. 1.311, em seu inciso II, letra "b";

4. Que sejam concedidos a todas as categorias de Produtores, os benefícios da isenção da Correção Monetária, no período de 01.03.86 a 28.02.87, e também de 01.03.87 a 30.06.87, conforme a resolução 1.311 de 24.04.87, bem como, estenda-se esses benefícios aos Mutuários, que efetivaram seus contratos com créditos comple-

mentares pelo MCR - 37 e outros, pois os mesmos foram obrigados a optar por essa modalidade uma vez que não possuíam outro recurso para o custeio, e ou investimento necessário à sua atividade. Sendo que, até o presente ato não foram beneficiados por qualquer medida do Governo;

5. Denunciamos às Autoridades Estaduais e Nacionais (Federais), que existem agentes financeiros, especialmente da esfera Estadual e da Rede Privada, que não estão cumprindo as normas quanto ao benefício da isenção da Correção Monetária, aos mutuários que em 1986 transformaram seus contratos por força de Circular do Banco Central, n. 985 de 08.01.86 de MCR - 37 para MCR - 18;

6. Solicitamos providências, para que a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), permita que o Produtor Rural que financiou seu produto amparado pelo preço mínimo, ou seja (EGF), possa transformá-lo em (AGF), pelo preço mínimo vigente, no momento da transformação do (EGF) para (AGF) pagando, assim, ao Produtor o diferencial que lhe cabe. Principalmente na safra de 86 e 87, a indefinição do Governo, obrigou ao Agricultor fazer o (EGF), na base do preço mínimo sem a Correção, e quando do seu vencimento, ou na época da transformação para (AGF), o mínimo vigente é bem superior ao custo final do (EGF);

7. Esperamos que o Governo Federal, tome com devida urgência (antes do plantio da safra 87/88), providências para a adoção de uma política mais viável, clara e definida quanto a encargos e preços à Agricultura que serão adotados a partir de 01.07.87. Ressalvamos de que, o Agricultor poderá sujeitar-se a um máximo de encargos, na base da Correção Monetária de acordo com o índice de preços recebidos (IPR), acrescidos de juros de 6% ao ano, nos financiamentos para custeio e ou investimentos. Qualquer encargo superior ao aqui ressaltado, colocará a Agricultura em situação mais drástica, da que vive hoje. Igualmente à Correção Monetária Mensal, para reajustes dos produtos amparados pelos preços mínimos, sejam determinados com base no Índice de Preços Pagos (IPP);

8. Requeremos que o Governo Federal conceda direito de que representantes das Classes Agrícolas, integrem a comissão que elabora o índice do (IPP) índice de preços pagos;

9. Denunciamos, às Autoridades Monetárias Nacionais, a existência de injustificada morosidade, de parte dos agentes Financeiros, em pôr em prática, as normas oriundas do Governo Federal, chegando até em 30 dias da data da publicação das Resoluções e ou Circulares;

10. Reiteramos por este documento, todas as demais reivindicações em documentos

já apresentados às Autoridades Nacionais, especialmente àquelas que dizem respeito a Suinocultura, cuja atividade sequer apresenta qualquer indício de recuperação.

Na certeza da pronta atenção e o melhor empenho de todas as nossas Autoridades, subscrevemo-nos,

SINDICATO RURAL DE ENÉAS MARQUES
SINDIC. DOS TRAB. RURAIS ENÉAS MARQUES
SINDICATO RURAL DE SÃO JOÃO
SINDIC. DOS TRAB. RURAIS DE SÃO JOÃO
SINDIC. DOS TRAB. RURAIS DE SÃO JORGE
SINDICATO RURAL DE NOVA PRATA
SINDICATO RURAL DE FCO. BELTRÃO
SINDICATO RURAL DE CORONEL VÍVIDA
SINDICATO RURAL DE AMPÉRE
SINDICATO RURAL DE CAPANEMA
SINDICATO RURAL DE SALTO DO LONTRA
SINDICATO RURAL DE SALGADO FILHO
SINDICATO RURAL DE CLEVELÂNDIA
SINDIC. DOS TRAB. RURAIS DE C. VÍVIDA
SINDICATO RURAL DE RENASCENÇA
SINDIC. DOS TRAB. RURAIS DE ITAPEJARA
SINDIC. DOS TRAB. RURAIS DE PATO BRANCO
SINDICATO RURAL DE VITORINO
SINDICATO RURAL DE PLANALTO
SINDICATO RURAL DE VERÊ
SINDICATO RURAL DE MARMELEIRO
SINDICATO RURAL DE PINHÃO
SINDICATO RURAL DE REALEZA
SINDIC. DOS TRAB. RURAIS DE RENASCENÇA
SINDICATO RURAL DE PÉROLA D'OESTE
SINDICATO RURAL DE DOIS VIZINHOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, no sentido de proceder uma correção na Rodovia Dois Vizinhos/São Jorge d'Oeste/PR., no local denominado "Curva do Cabrito."

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A rodovia que liga os Municípios de Dois Vizinhos e São Jorge d'Oeste, no Sudoeste do Paraná, mais especificamente no ponto denominado "Curva do Cabrito", apresenta uma sinalização que, embora bastante evidente, vem se provando insuficiente para evitar acidentes de proporções alarmantes. Inúmeras vidas dos respectivos municípios, das cidades vizinhas dos muitos paranaenses que percorrem aquela Rodovia, têm sido ceifadas abruptamente, devido a essa insuficiência, causando revolta, por parte da comunidade, a permanência da atual situação. Justifica-se plenamente o presente requerimento, pois,

uma vez tomadas as providências imediatas, ter-se-á garantido maior segurança bem como devolvido a tranquilidade aos munícipes.

Uma vez aprovado, seja dada ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos Municipais de Verê e de São Jorge d'Oeste, bem como às respectivas Câmaras Municipais dos mesmos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, no sentido de criar um Posto da Polícia Rodoviária Estadual no Município de VERÊ/PR.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Antiga reivindicação dos munícipes a criação de um Posto da Polícia Rodoviária Estadual no Município de VERÊ/PR, já havia sido um compromisso da gestão Estadual anterior cuja consecução não foi confirmada, à época, pela absoluta falta de condições financeiras e de recursos humanos. Na ocasião, tendo em vista a justeza da reivindicação, foi assumido o compromisso de que, uma vez ampliado o efetivo, os anseios da comunidade de Verê no que tange à criação do posto policial, seriam atendidos. Hoje, obtida esta ampliação, justifica-se a prioridade.

Ainda mais justificada fica a proposta levando-se em conta o andamento das obras com a evidente intensidade no tráfego de veículos naquela área. Tanto a segurança da comunidade quanto a agilização do fluxo rodoviário naquele percurso vital para a economia do Paraná, urge a medida acima postulada.

Uma vez aprovado, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Verê, JOSÉ PEDRIGO, bem como à respectiva Câmara Municipal do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Milton Barbosa, usando das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, senhor Heinz Georg Herwig, a solicitação que segue:

- pavimentação asfáltica do trecho da estrada rural do Município de Guaíra, ligando a sede ao Distrito de Dr. Oliveira Castro, passando pelas localidades de Vila

São Domingos e Cruzeirinho, numa extensão de aproximadamente dezoito quilômetros.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A citada obra reveste-se de grande importância, pois que irá ligar o município de Guaíra aos municípios vizinhos de Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Foz do Iguaçu, além de proporcionar aos agricultores locais a possibilidade de melhores condições de escoamento da produção agrícola, vez que, em épocas de chuvas, os mesmos sofrem inúmeras dificuldades com o tráfego de veículos, que torna-se praticamente impossível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de proposição ao Senhor Superintendente do INPS, solicitando a reabertura do posto de atendimento deste Instituto no Município de São José dos Pinhais.

O fechamento repentino deste posto, que por cerca de dezoito meses teve sua implantação anunciada através do Diário Oficial, veio acarretar inúmeros problemas para comunidade daquele Município, que ficou sem atendimento de tão importante setor público.

A grande população previdenciária do Município de São José dos Pinhais justificam a presente solicitação ao INPS.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente à Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições da Assembléia Nacional Constituinte, expressando o apoio desta Casa ao projeto que prevê a fixação do direito ao voto aos cidadãos brasileiros a partir de 16 anos.

Outrossim, REQUER que seja enviada cópia do referido expediente aos diretórios regionais dos partidos políticos neste Estado.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Forçados pelas condições econômicas do país, a maioria dos jovens brasileiros entra no mercado de trabalho muito antes dos 16 anos. Para isso, eles se vêem obrigados a abandonar a vida convencional de um jovem - estudo, diversões, passeios - e de-

dicar-se a uma atividade produtiva, dentro do chamado "mundo adulto".

A este mesmo jovem, que produz riquezas econômicas para o país, não são concedidos os mesmos direitos políticos que os outros trabalhadores possuem, como o direito do voto. É no mínimo insólita a posição da lei brasileira que aceita que uma pessoa em idade de estudar exerça uma atividade profissional mas não lhe concede o direito de participar da escolha dos homens que administrarão o país e, diretamente, influirão sobre sua própria vida.

É importante que os Constituintes brasileiros levem em conta esta situação, no montante de fixar a idade em que o brasileiro passa a ter direito de votar. Também é relevante que sejam consideradas as condições que o jovem brasileiro de 16 anos tem para exercer esse seríssimo direito.

É inegável que o jovem dos dias atuais recebe desde cedo um volume maior de informações do que os jovens de geração anteriores. No mundo de hoje, os meios de comunicação despejam um volume enorme de informações no dia-a-dia de todas as pessoas. Isso faz com que o jovem tenha mais possibilidade de se colocar a par dos fatos que fazem a vida do seu país, mesmo que ainda não no nível ideal, mas com certeza no mesmo de todos os outros cidadãos, maiores de dezoito.

Desse modo, percebe-se que na prática não se pode fazer distinções entre um trabalhador brasileiro de 16 anos e os demais, maiores de 18 anos. Portanto, seria injusto alijar estes cidadãos do direito de escolher seus representantes no Executivo e no Legislativo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da L.B.A. - Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a creche "Alan Kardec", da cidade de Peabiru.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A creche "Alan Kardec" presta excelentes serviços à comunidade local no atendimento às crianças carentes, que necessitam de cuidados e alimentação adequada. Entretanto, a creche deseja melhorar e ampliar seus serviços de atendimento, e para tal necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a A.P.P. da cidade de Roncador.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A A.P.P. de Roncador presta excelentes serviços à população local, e nesse sentido, necessita de apoio financeiro para melhorar suas atividades e intervenções em benefício da coletividade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Sarney, Digníssimo Presidente da República, solicitando um prazo de carência de três anos para os agricultores brasileiros em dívidas junto aos bancos e instituições de crédito.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A situação da agricultura paranaense, e de modo geral de todo o Brasil está enfrentando dificuldades intransponíveis diante dos Juros extorsivos cobrados pelos bancos. Essa situação, na hipótese de vir a perdurar, comprometerá não só as próximas safras agrícolas mas até mesmo a estabilidade social das nossas cidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Planário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando criação de ensino de 2.º Grau no Colégio Estadual José Busnardo, nesta Capital, no período noturno.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Dezenas de alunos da referida escola necessitam, por motivo de trabalho, da criação do ensino de 2.º Grau no período noturno. Idêntico pedido vem sendo feito por dezenas de estudantes que interrompem seus estudos por falta de uma opção localizada nas proximidades da referida escola, para ensino de 2.º Grau.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a instalação em caráter de urgência de um posto de atendimento do FUNRURAL para o município de Sarandi.

1 - Ministro da Previdência Social, Dr. Rafael de Almeida Magalhães.

2 - Ministro do Trabalho, Dr. Almir Pazzianoto.

3 - Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Senhor Rubens Bueno.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi, com aproximadamente 50 mil habitantes, sendo 70% desta população pertencente à zona rural, ainda não possui um posto de atendimento do FUNRURAL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Francisco Raphael Dilascio, superintendente do INPS nesta Capital, para que o mesmo interceda junto a empresa DATAPREV no sentido de agilizar o mais rápido possível a entrega dos carnês de aposentadorias e pensões no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A morosidade com que vem sendo efetuada a entrega dos carnês de aposentadoria e pensões do INPS no Estado do Paraná vem causando sérios problemas aos beneficiados, principalmente no que diz respeito às pensões, cujas viúvas, com a demora do recebimento, chegam a passar privações nos mais diversos aspectos de suas necessidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente do BANCO CENTRAL, Dr. Fernando Miliet, sugerindo o estudo de viabilidade de unificação das resoluções n. 1.308 e 1.274, e posterior aprimoramento, de forma que esta instituição passe a interferir diretamente na liberação de recursos destinados aos pequenos, médios e microempresários.

Sala das Sessões, em 21.05.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Um recente estudo realizado pelo

CEBRAE demonstra que quase 80 milhões de cruzados, que seriam destinados as pequenas, médias e microempresas, ainda não foram liberados devido ao seu "desaparecimento" nos agentes financeiros que deveriam liberar estes recursos. Segundo informações emitidas pelo CEBRAE, os motivos para a não liberação destes recursos vão desde a falta de informação, operacionalização, e até mesmo a má vontade de alguns agentes financeiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Júlio Morandi, Prefeito Municipal de Santa Helena, regozijando-se pela passagem do vigésimo aniversário de Emancipação Política daquele Município.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Pelo seu crescimento, pela sua economia, pela força de trabalho de seu povo, Santa Helena merece muito mais que meu regozijo pelo seu vigésimo aniversário. A História do Município, em si mesma, é uma prova desta vitalidade, pois em vinte anos, Santa Helena muito já deu ao Paraná e continuará dando, pela própria prosperidade que emana de seu povo. Por isso, meu regozijo e minhas felicitações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig solicitando a construção de uma terceira pista no trecho da BR-153, Km 36 ao Km 38, ligando Santo Antônio da Platina à Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação se prende ao fato de que com a construção da terceira pista no trecho da BR-153, Km 36 ao Km 38, ligando Santo Antonio da Platina à Jacarezinho, se minimizaria sensivelmente os problemas de tráfego existentes no referido trecho.

Localizado no Morro do Palmital, com grande fluxo de caminhões, os motoristas de veículos se vêem obrigados a permanecer numa fila intermitente.

A situação deve-se ao grande escoamento dos produtos da Região, uma das mais ricas áreas agrícolas do nosso Estado.

Por tratar-se de uma justa solicitação aguardamos por parte dessa Secretaria de Estado o devido respaldo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde, no sentido de que seja incluído nos rótulos de todos os produtos, a decodificação dos aditivos e a percentagem deles, e ainda, que haja reformulação na legislação brasileira referente a aditivos químicos usados na indústria de alimentos.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Os aditivos químicos são utilizados na indústria para prolongar a vida útil dos alimentos, dar-lhes mais cor e sabor.

Entretanto, quando mal dosados ou ingerido em excesso, esses produtos artificiais, estranhos ao nosso organismo, podem ter efeitos nocivos, que vão de uma corriqueira dor de cabeça até tumores cancerosos.

Apesar destes produtos serem largamente utilizados na fabricação de alimentos no Brasil, nossa legislação ainda é incompleta. Em 1.965, o governo brasileiro elaborou uma lista contendo os aditivos permitidos e as dosagens aceitáveis por produto, como base num trabalho da OMS. Esta lista deveria ser revista e atualizada pelo Ministério da Saúde, o que tem sido feito de modo lento e irregular. Em fevereiro último, cinco corantes foram cassados; eles são tóxicos e apesar disso eram usados em balas, confeitos e doces consumidos principalmente por crianças. Mas a cassação só ocorreu depois de muitos anos em que a população ingeriu esses corantes inadvertidamente. Isto mostra que a listagem não dá segurança aos consumidores, apenas indica que ainda não foram registrados efeitos negativos do produto.

Os últimos meses têm sido pródigos em casos de uso incorreto de aditivos químicos. Sucos de frutas, uma marca de goiabada e, muito recentemente, a gelatina em pó, estiveram sob suspeita nos dois primeiros casos comprovados de irregularidade. Isso sem falar no leite em pó importado da Europa que provocou celeuma quando, depois de iniciada a investigação, o Ministério de Saúde resolveu aumentar o limite de radioatividade em alimentos permitidos no Brasil.

Isso tudo vem mostrar que o governo precisa iniciar um trabalho sério e efetivo de revisão e atualização dessa lista e também na fiscalização do uso dos aditivos químicos usados na produção e conservação de alimentos não industrializados, como cereais, frutas e verduras, além de unificar a jurisprudência sobre o assunto, hoje dividida entre o Ministério da Saúde e o

Ministério da Agricultura, que, para alguns aditivos, dão pareceres diferentes.

Também é preciso assegurar o acesso do consumidor às informações corretas sobre o que está comendo. Incluir para isso, nos rótulos de todos os produtos, o prazo de validade, a decodificação dos aditivos, os ingredientes e o valor-nutritivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando que, uma vez concluídos os trabalhos da Comissão de Inquérito constituída pelo Executivo para apurar responsabilidades pela deterioração de 160 toneladas de alimentos destinados à merenda escolar das 13 mil escolas públicas do Estado, sejam as suas conclusões, bem como todas as demais peças do referido inquérito, encaminhadas a esta Assembléia Legislativa, para conhecimento e apreciação dos Senhores Deputados.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa do Estado e do País divulgou e mostrou o verdadeiro escândalo envolvendo a administração estadual, representado pela deterioração de 160 toneladas de alimentos destinados à merenda escolar das 13 mil escolas públicas paranaenses.

O caso reveste-se da maior gravidade, não só por representar um verdadeiro escárnio à situação de miserabilidade e de fome em que vivem milhares e milhares de crianças, mas, também, pelo jogo de empurra que já se observa entre os órgãos envolvidos. Ou seja, de um lado, a FUNDEPAR, responsável pela distribuição da merenda escolar, e, de outro, a COPASA, que armazenava os produtos deteriorados.

A imprensa também já noticiou que a Secretaria de Estado da Educação constituiu uma Comissão de Inquérito para apurar a ocorrência. Isso é importante. Mas não é o suficiente para que a opinião pública conheça as conclusões das investigações. Daí a razão do presente requerimento, que, tenho certeza, merecerá a acolhida dos Senhores Deputados, uma vez que esta Casa precisa se inteirar dos fatos e das providências a serem adotadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja considerado lido e conste nos Anais desta Casa de Leis, pronunciamento anexo, em homenagem ao Cel. Joaquim Antônio de

Moraes Sarmento - Patrono da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) RAUL LOPES.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 073/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica declarada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELÉM-RÁDIO CULTURA", com sede na cidade de Guarapuava.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que se pretende declarar de utilidade pública, encontra-se devidamente registrada, sob o n. 20.902, no Livro B-33, às fls. 232/V do Cartório Oficial de Protestos, Registros de Títulos e Documentos.

Como bem demonstra a documentação anexa, esta entidade tem por finalidade propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisionada, tudo dentro do espírito democrático e cristão da nacionalidade brasileira.

Além disso procurará manter serviços subsidiários de natureza assistencial ao povo em geral, sem distinção de qualquer espécie.

Assim sendo, entendemos procedente o pedido de declaração de utilidade pública e esperamos pelo aceite do mesmo, pelos ilustres Pares da Casa, onde estarão promovendo o bem-estar da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos a Liderança do PT se fará uso da palavra. (Ausente).

Estando ausente, consultamos a Liderança do PDT se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela por oito minutos e meio.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O noticiário que encontramos nos últimos dias trata quase que com exclusividade da duração do mandato do Presidente Sarney. Realmente é um assunto de grande interesse à Nação.

Mas, Senhores Deputados, Senhoras e

demais integrantes desta Casa, este realmente não é o único problema que o Brasil tem para resolver. O nosso problema principal, consiste em ver resolvida a grave situação econômica em que vive o nosso País.

Os governantes, quase que em sua totalidade eleitos pelo PMDB, devem se preocupar com a inflação galopante em que hoje vive o povo brasileiro, inflação esta que realmente bate todos os recordes de nossa história. Inflação esta, que vem incomodando a nossa gente e ao nosso povo.

Há também que nos preocupamos com o desemprego que vem aumentando drasticamente em nosso País.

A economia brasileira está à beira de um colapso financeiro. As nossas reservas cambiais chegam a apenas 3 bilhões e 800 milhões de dólares, índice jamais conhecido pelo nosso Brasil. Os juros bancários ultrapassam em muito a faixa dos 1.000% ao ano. E ainda temos que contar com os graves problemas que atingem a nossa agricultura: hoje os nossos agricultores, principais sustentáculos desta Nação, são obrigados a vender o seu produto por preços inferiores aos custos de produção.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Os nossos problemas são muitos e são causados principalmente pela assustadora dívida interna, já que a dívida externa não está mais na pauta dos economistas brasileiros, uma vez que quem não pode pagar os juros jamais falará em pagar o principal. O Brasil precisa de uma moratória que atinja ainda os bancos oficiais estrangeiros, negociada de forma a não prejudicar os interesses da população brasileira.

Ainda em relação à nossa dívida interna, que é a causadora principal da elevação das taxas de juros, porque todos sabemos que o Governo, na sua ação desesperada de satisfazer as suas necessidades financeiras, procura emitir sem o lastro necessário causando com isso a inflação que aí está.

A elevação das taxas de juros, é, sem sombra de dúvida, o maior câncer que o Brasil tem, para ser resolvido. A elevação da taxa de juros afeta o setor produtivo deste País e causa o desemprego que se alastra Nação afora. É por isso que não podemos nos fixar no tempo de duração apenas do mandato do Presidente Sarney, esse cabe única e exclusivamente aos Constituintes eleitos em 86. E nós, Deputados Estaduais, povo do Paraná e do Brasil, esperamos que os nossos Constituintes deixem de lado as questões pessoais, as vantagens pessoais que possam auferir com a situação caótica em que vive a Nação e decidam por uma eleição livre e direta, no máximo até o dia 15 de novembro de 1988. Que essa é a vontade da maioria do povo brasileiro.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, o Brasil, ontem, realmente parou, parou para ouvir o ex-Governador do Rio, Leonel Brizola, presidente nacional do nosso Partido, para ouvir umas verdades que o povo já estava até desacostumado a ouvir através dos meios de comunicação. O ex-governador Leonel Brizola abriu as baterias contra os desmandos que estão acontecendo neste País, deixou bem clara a posição dele e do nosso Partido, de que para que este País possa reencontrar o verdadeiro caminho para os problemas financeiros e econômicos, é somente através de um novo modelo econômico, porque esse modelo atual concentra a riqueza nacional nas mãos de poucos. Isso não pode continuar. Leonel Brizola declarou ontem a necessidade de uma auditoria para a dívida externa, a manutenção da moratória e o pagamento da dívida somente após o resultado desta auditoria e assim mesmo através de uma negociação com os credores internacionais. Porque não sabemos para quem o Brasil está pagando, e que dívida é esta que estamos pagando. Ninguém sabe, não foi feito um levantamento e Brizola, ontem, deixou bem claro isso. Há necessidade de uma auditoria para saber o que o Brasil deve, para quem deve e como é que vai pagar e depois, sim, pedir uma moratória.

Ontem o Brasil parou para ouvir as verdades, e repito mais uma vez, desacostumado estava o povo brasileiro a ouvir através dos meios de comunicações muitas coisas que precisariam ser ditas e ontem ditas com muita força, com muita propriedade, pelo presidente do nosso partido.

Tenho certeza que, hoje, no Brasil inteiro se comenta a fala de Leonel Brizola, muito embora, alguns "lobbies" da comunicação deste país já ontem mesmo, tivessem preparado algumas respostas que, na verdade, não encontraram eco, porque Brizola falou aquilo que o povo queria ouvir.

Obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Realmente Deputado Algaci Túlio, nós também ouvimos com bastante atenção o pronunciamento do ex-governador Leonel Brizola, e encontramos ali a verdade que hoje se estampa diante daqueles que não querem assumir o que causaram a este país. E Vossa Excelência traz a esta Casa, enriquecendo o nosso pronunciamento de hoje, notícias que realmente condizem com a realidade no Brasil de hoje.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência registra com prazer a pre-

sença do Vereador Adão Rios, do Município de Francisco Beltrão.

No Horário das Lideranças, consultamos a Liderança do PDS. (Ausente).

Estando ausente, consultamos a Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

A "Nova República" amanheceu engalanada pelo signo da esperança. A Nação, em uníssono, a recebeu como redentora e acreditou que o Brasil enveredava pelos verdadeiros caminhos do seu destino de Pátria pujante e livre. Era inconcebível esperar que um Governo, nascido da ilegitimidade da legislação revolucionária, tivesse tanto apoio.

Os seus primeiros passos, liberalizando a atuação política e encaminhando a restauração da democracia, estiolada por tantos atos de força, fizeram-na crescer nas expectativas populares. Afinal, ainda éramos o mesmo povo sofrido, carentes do alento de medidas que nos guiassem à luz do fim da escuridão sócio-econômica a que fomos submetidos, e a promessa de que a imensa dívida social que o Governo contraíra com a Nação seria resgatada robustecia, ainda mais, a esperança.

As discussões preliminares sobre a moralização dos gastos; o cerceamento das mordomias, enfim, as promessas da contenção do déficit público, por medidas corretivas e pelo desempenho sério na aplicação dos recursos públicos, proclamado a partir do primeiro édito "é proibido gastar" ensejava a antevisão de um governo vigoroso e consciente da grande obra social a realizar, e fez-nos, a todos os brasileiros, depor as últimas desconfianças.

As alvíssaras das mudanças entusiasmaram o Brasil; a impunidade dos crimes do "colarinho branco" estava no fim; as viagens ministeriais davam-se pelos vãos domésticos, como recomendava a nova postura de sobriedade; os carros oficiais eram recolhidos das ruas às garagens, e dessas para os leilões públicos; as megalomanias e as extravagâncias receberam, nesses bons tempos, um golpe de misericórdia: nos banquetes do Itamarati, os vinhos e os champagnes importados, cederiam vez ao produto da casta nacional. Afinal, tudo quanto os analistas político-econômicos relacionavam como nefando aos interesses nacionais, despediam-se da rotina do Brasil República. Estávamos às vias de contradizer De Gaulle.

Em abril, a Nação parou para chorar a morte do idealista desse Novo Governo, e pela televisão, pelo rádio e pelas ruas, chorou Tancredo Neves como chora-se a mor-

te do pai.

Eram novos tempos, o povo até se lembrava de chorar a morte de um seu governante. A "Nova República" parecia, definitivamente, implantada. Tudo o mais era uma questão de tempo. O terreno tinha recebido a boa sementeira e os tempos permitiam esperar uma colheita de frutos jamais colhidos.

Em agosto de 1985, no intuito de patentear a sua marca de governo, o Presidente Sarney substituiu o Ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, pelo empresário Dilson Funaro e uma equipe econômica de escol, com a missão de debelar o processo inflacionário em rota de colisão com os interesses e a urgência de implantar-se o crescimento econômico, herdado em recessão lenta.

A inflação cruzava a faixa dos dois dígitos, em fevereiro de 1986, quando o Governo anunciou o mais arrojado plano econômico da nossa história.

O Plano Cruzado revitalizou a nossa confiança, e por isso o Presidente José Sarney experimentou os mais elevados índices de apoio popular e credibilidade que Governo algum jamais conquistou.

No curso da sua execução, alentado por desvarios eleitorais e a irresponsabilidade de continuar saboreando falsos dias de glória, o Governo congelou o próximo conjunto de medidas complementares, que somente em novembro, transcorridas as eleições preconizou através do Plano Cruzado II, e fizeram-no sossobrar por inteiro, como por inteiro e como por encanto, sossobraram a confiança e a credibilidade do povo.

Em princípio, pareceu ao Presidente apenas mais uma crise política, contornável, quem sabe, por algumas medidas de Governo.

Em contrapartida, a inflação transcorrida em dois dígitos, impiedosa e dolorida para toda a sociedade, ansiosa de vê-la declinada como nos efêmeros-áureos tempos do Plano Cruzado.

Mais uma vez, então, foi lembrado ao Governo que o maior gerador inflacionário era o seu aparelho administrativo, e o crescente déficit público que mais e mais ascendia à insuportabilidade de ser escurado pelo setor privado, a cada dia mais debilitado pelas sobrecargas tributárias.

Parecia urgente que a Reforma Administrativa e a privatização das empresas deficitárias fosse executada.

Para anunciar as medidas, em entrevista concedida ao Programa Crítica & Autocrítica, da Televisão Bandeirantes, o Sr. Ministro Aluísio Alves, numa madrugada de domingo para segunda-feira, comentou o despropósito de o Governo manter uma máquina administrativa composta de mais de

200 empresas meramente burocráticas, alimentada de um contingente de 1,8 milhão de servidores, cujo ingresso e admissão de 81% destes, deu-se por apadrinhamento político, sem as necessárias considerações de compatibilizar sequer a escolaridade, porque revelaram as amostragens colhidas que 41% sequer tinham concluído o primeiro grau. Comunicou as providências para a privatização de meia dúzia de empresas e a extinção do BNH e IBC, cujas atividades poderiam ser executadas pela Caixa Econômica Federal e pela CACEX, sem que o Governo tivesse que continuar arcando com os seus dispendiosos orçamentos.

A propósito, é de lembrar que, por contenção de despesa, alguns meses antes, a Caixa fechara 650 agências deficitárias. Com a medida do Governo de extinguir o BNH, coube à Caixa absorver os seus 8.000 funcionários. A medida não apenas engavetou o projeto, pois não despediu ninguém, como exigiu que a Caixa Econômica dispendesse 30% a mais em sua folha de pagamento, 1,89% nas despesas globais da instituição, meramente para atender o instituto celetista da isonomia salarial aos seus 40.000 funcionários.

Da mesma forma ocorrem com a extinção do IBC, cujos 4.000 funcionários apenas mudaram o endereço funcional.

Depois, os estudos complementares para a dispensa da superlotação pública de pessoal, jamais foram concluídos, ao menos até esta data, e a Nação, salvo lapso da nossa memória, não foi informada de outras demissões que não as demissões "a pedido" ou a dos Senhores Ministros, nas duas Reformas Ministeriais desse biênio de Nova República.

Em síntese, a Reforma Administrativa da União limitou-se à desocupação e alienação do Edifício Sede do BNH, no Rio de Janeiro, e o incremento das despesas com pessoal da Caixa Econômica.

Foi vitória, no limiar deste ano, sentir que o Governo mudava a sua opinião quanto à natureza da crise. Se, primeiro, o Governo entendia que a crise era apenas de natureza política, vazou sinais que também a considerava econômica.

Tratou, então, da despedida de Fernão Bracher, sob o pretexto de que as elevadas taxas de juros com que o Banco Central operava em mercado, asfixiavam de morte os setores produtivos, e depois tramou, arditamente o réquiem do Ministro Dilson Funaro, com a dizer que a mudança do quadro de colaboradores é a melhor resposta para este relicário de crises.

É ingênuo pensar que as crises se resolvem por passes de mágica. A questão, não há quem não o reconheça, é excessivamente complexa, e nesta quadra, queiramos ou não, compõem uma aliança de descabro

político-econômico, interna e externa exigível de credibilidade de Governo e confiança popular.

Ao Presidente José Sarney, lamento como brasileiro dizê-lo, é contestável como constatado foi por recente pesquisa à opinião pública, já não possui qualquer resquício de respaldo.

A convulsão social está nas ruas, nas assembleias de classes, na insegurança que invadiu os lares e na descrença dos setores produtivos que acreditando no plano de estabilização econômica, tomaram empréstimos a taxas de 2 e 3% ao ano e tem, agora, de ressarcir-los a taxas de 20 a 25% ao mês.

O quadro de angústia, para os setores empresariais, adquire tons mais aberrantes e exacerbados porque o afã consumista que se prolongou por toda a experiência do Plano Cruzado, incrementando o poder aquisitivo dos salários, declinou pela corrosão inflacionária e pelas medidas de contenção do consumo como a restrição de crédito, o empréstimo compulsório e outros artifícios das ciências econômicas que não nos habilitamos e comentá-las, mas que ainda por aí estão, como se a realidade econômica de maio de 1987 seja a mesma da de maio de 1986. É um sonho.

É injustificável, todos nós sabemos, mas o Governo insiste em estar ausente do verdadeiro quadro que compele ao atual estágio das condições políticas e econômicas que a Nação presencia.

Não foi possível e não será possível o pacto social, porque o Governo já não dispõe de confiabilidade, o primeiro pressuposto para o seu estabelecimento.

Exemplo insofismável, é de lembrar, o Governo operou por ocasião do último aumento sobre os combustíveis e derivados. Primeiro, o jornalista Frota Neto asseverou que as notícias não passavam de especulação. Três horas depois, o próprio Governo mandava comunicar à Nação, o último aumento médio de 28%, extrapolando só nestes primeiros meses de 1987, em 20% os patamares de inflação. Nem a Revolução conseguiu tamanho grau de sofisticação tendenciosa.

Mas, o procedimento de governo comprometeu ainda mais a sua credibilidade quando anunciou, recentemente, a construção da Ferrovia Norte-Sul, que acompanha o traçado, em paralelo, da Rodovia Belém-Brasília, e é margeada pelo Rio Tocantins, de um lado e pelo Rio Araguaia, do outro, ligando o nada a coisa alguma.

O projeto do qual até aqui não se conhece a verdadeira extensão, tem o seu preço orçado em 2,4 bilhões de dólares: obra para faraó algum botar defeito, e maranhense algum ser esquecido. Pelas suas características e benefícios, é resultado

de uma antiga megalomania de governo; pelo momento em que é concebida, um escárnio nacional.

A horripilância ao projeto atingiu os seus índices mais altos de IBOPE, com a recente revelação de que o edital de concorrência fora uma fraude.

Consultado em pesquisa de opinião, sobre quem incidiria a direta responsabilidade na fraude, o povo nas ruas, pronunciou-se assim: 80% acreditam que o Ministério dos Transportes é um dos responsáveis; 61% acreditam que o próprio Presidente José Sarney é o responsável pela fraude.

A despeito dos índices de rejeição da grande maioria de todos os setores da população, a opinião do Senhor Presidente da República parece irremovível.

Apartando-se a idéia de que o projeto atenderá interesses pessoais de alguns poucos homens do Governo, e empresários envolvidos na sua consecução, poder-se-ia dizer que a atitude do Senhor José Sarney é o eco de uma história narrada por Montaigne:

"Quando o Rei Pirro se preparava para conquistar a Itália, seu Conselheiro Cíneas, procurando mostrar-lhe a inconsistência de suas ambições, perguntou-lhe:

- Pirro, qual é o objetivo deste grande empreendimento?

- Tornar-me dono da Itália.

- E depois?

- Irei subjugar a África. No fim, quando tiver submetido o mundo, descansarei e viverei ao meu gosto.

- Por Deus, Pirro! O que vos impede de realizar desde já essa aspiração, poupando-vos tantas fadigas e tantos riscos?"

A história serve para sentir que as opiniões de Cíneas e Murad não são propriamente iguais; como absolutamente iguais parecem-se as opiniões de Pirro e Sarney.

Mas, sobrepondo-se a essa avalanche de crises e percalços de trajeto, o Senhor Presidente, dia 18, falou à Nação para ditar que o seu mandato terá duração de seis anos, porque a Constituição em vigor assim prescreve. Não obstante, por resolução pessoal, poderá ser reduzido para cinco. Como pode-se notar, nem tudo está perdido. Dos males, é preferível sempre o menor.

No enredo do seu pronunciamento, afirmou nosso ilustre Presidente, que a definição do seu mandato propiciará, de forma definitiva, a arrancada para a solução de todas as crises nacionais.

Quimeras do poeta-Presidente. O momento, como dissemos, é muito mais grave e delicado que a vã filosofia presidencial possa alcançar.

O momento, mais do que sofismas está a exigir do Governo uma atitude patriótica

que condiga ao perfil de estadista que o político José Sarney tem demonstrado em toda a sua vida pública. Indubitavelmente, a Nação requer, nesta hora, decisões céleres de quem efetivamente guarde legitimidade e confiabilidade para recriar os rumos do desenvolvimento econômico e social, base e pressuposto de um povo efetivamente livre. Qualquer Governo demanda credibilidade e confiança. Sarney não o possui. Em assim sendo, parece óbvio, a primeira medida que se impõe, é a convocação de eleições diretas, livres e soberanas, para Presidente da República.

A propósito deste quadro de opiniões sobre o momento nacional, lembro, da ontologia árabe, a estória de uma lenda:

"Um Governante passou por um castelo derruído. Sobre uma das suas colunas, um casal de corujas brincava e regozijava-se.

- Que dizem estas aves? perguntou o Governante ao seu Secretário.

- Se me dás o aman (garantia de vida), dir-vos-ei a verdade.

- Dou, respondeu o soberano.

- Estas corujas estão noivando, começou a falar, tranqüilo, o Secretário irônico. A noiva diz ao pretendente que, para aceitá-lo como marido, ele terá que lhe trazer um dote de 20 povoados em ruínas a fim de poder passar em cada um, uma temporada de descanso.

- E que responde ele?

- Responde: "Dá-me apenas tempo, pois se esse governante que passa por aí, permanecer mais um ano no poder, comprometo-me a dar-te 50 em vez de 20 aldeias em ruína".

Tenho dito.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consulta a Liderança do PL se fará uso de seu Horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

Estou encaminhando em nome da Liderança do PL, à esta Casa, requerimento que manifesta nossa preocupação em relação a saúde dos brasileiros. Trata-se de uma solicitação, a fim de que os órgãos competentes incluam nos rótulos de todos os produtos a decodificação dos aditivos utilizados e a percentagem dos mesmos. Da mesma forma, reforçamos neste pronunciamento o que preconiza nosso requerimento, ao solicitar uma reformulação da legislação brasileira referente a aditivos químicos usados na indústria de alimentos. Já se costumou dizer, inclusive, que o brasileiro é a mais pacífica cobaia do campo

não apenas da alimentação como dos medicamentos, graças a uma legislação falha e as constantes experiências que se sucedem sem que o cidadão, contando com um organismo devidamente aparelhado de defesa do consumidor, possa precaver-se contra este tipo de situação.

Há poucos dias, vimos pela televisão a apreensão pela saúde de produtos alimentícios, cujo aditivo denominado cromo, estaria sendo utilizado em dosagem acima do permitido pela própria organização mundial da saúde. Apressaram-se os esclarecimentos, foram tomadas providências, a imprensa deu alerta a situação e salvou-se, no caso das gelatinas, o consumo dos brasileiros. Porém, quantos e quantos produtos como este contêm aditivos químicos cujos nomes e dosagens desconhecemos, identificados por uma ou duas letras, sem o percentual que contêm ou sem sabermos o quanto é possível consumirmos sem qualquer dano à saúde? Produtos estranhos ao nosso organismo, esses aditivos muito bem se sabe, quando utilizados de forma errada, podem trazer efeitos nocivos que vão de uma corriqueira dor de cabeça até tumores cancerosos. É verdade que existe uma listagem, desde 1965, com atualização muito lenta e mal revista, onde se identificam através do Ministério da Saúde os aditivos e seus percentuais permitidos ao consumo sem qualquer dano. Porém, esta listagem ficou defasada e hoje estamos sujeitos à própria burocracia na área, complicando, conseqüentemente, a preservação da melhor condição de saúde do brasileiro. Sujeitos a descobertas repentinas de graus acima do normal ou suspeição simplesmente, em relação a sucos de frutas, uma marca de goiabada ou as gelatinas, para não se falar num leite importado, cujo limite de radioatividade causou suspeitas, dizemos que é hora do País acordar para esta situação.

Nos corredores dos Ministérios da Agricultura e da Saúde perdem-se as razões de pareceres diferentes em torno de determinadas exigências de fiscalização, enquanto nós continuamos consumindo, sem segurança, os mais variados produtos com aditivos químicos acerca dos quais sequer conhecemos o mínimo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vivemos um tempo de Constituinte. Na discussão desta futura Constituição, façamos coro junto aos nossos representantes no sentido de que a questão de saúde seja olhada com o máximo carinho. A alimentação de um povo, que pelas próprias pesquisas come mal e com nutrição duvidosa, obrigamos a levantar a necessidade de uma legislação mais adequada em termos de alimentação e saúde. É preciso uma revisão completa na situação que enfrentamos hoje.

Uma orientação adequada ao consumidor que no rótulo dos produtos adquiridos precisa se preocupar em observar mais que a simples embalagem. É preciso que ali, a exemplo do que ocorre em países mais adiantados, identifique-se não apenas o prazo de validade, como a decodificação dos aditivos químicos, os ingredientes utilizados no produto, seus percentuais e o valor nutritivo com tal consumo. Chega de continuarmos sendo cobaias de laboratórios que comercializam nossa fome e nossa saúde com tanta impunidade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - No Horário das Lideranças, consulto a do PTB se fará uso de seu tempo. Declina.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

No retorno do Governador Álvaro Dias de Brasília, na noite de ontem, ouvi de Sua Excelência uma colocação que, na verdade, acredito necessária de ser refletida por todos os políticos do País.

O Governador Álvaro Dias levou ao Presidente Sarney a idéia de um pacto social, palavra, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, desgastada nos dias de hoje, devido às inúmeras tentativas de entendimento nacional entre políticos, empresários e trabalhadores.

No entanto, o que nos leva a crer na possibilidade de um entendimento maior é exatamente a proposta do Governador Álvaro Dias. Um pacto social, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, não pode ser o pacto paulista, não pode ser o pacto dos grandes empresários e das grandes organizações sindicais centralizadas na CUT, na USI e na CGT do ABC paulista; nem tampouco na FIESP, tentando retratar o pensamento de todos os empresários nacionais.

O pacto possível e proposto pelo Governador Álvaro Dias e que pessoalmente acredito mais representativo e com possibilidade de acontecer, é o pacto da discussão, Estado por Estado, com as Federações de Trabalhadores e de Empresários, o corpo político e a sociedade de cada Estado refletindo aquilo que ela está vivendo.

Se nós alinhavarmos nesta Nação um verdadeiro pacto discutido com bases trabalhistas, trabalhadoras, empresariais, políticas, dos segmentos da sociedade e dos Estados, nós, possivelmente, tenhamos uma visão diferenciada daqueles pactos propostos na Granja do Torto, na presença de grandes empresários nacionais, ou dos

grandes representantes das Centrais Trabalhistas.

Porque não acredito - e tenho dito isso reiteradas vezes - não acredito que a FIESP - tenha condições de retratar o pensamento do empresariado brasileiro, como não acredito que o Meneghelli, o Joaquinção e outros líderes das grandes centrais sindicais possam falar em nome da Federação de Trabalhadores do Paraná, da Central de trabalhadores paranaenses, catarinenses, gaúchos ou pernambucanos.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, na noite de ontem, ouvindo a colocação do Governador Álvaro Dias e vendo lá no Aeroporto, inclusive, a presença de líderes sindicais, expressando pela imprensa paranaense a vontade da participação nessa discussão, de um entendimento que possa nos tirar da crise, que possa uma vez mais e definitivamente restabelecer a ordem econômica nacional. Nós chegamos a conclusão de que talvez o que o brasileiro queira mais hoje realmente é uma discussão, é uma saída da situação econômica. Não se pode mais conviver com uma inflação de 27, 30% ao mês. Não se pode conviver com o rendimento do dinheiro atingindo cifras de 40% diário na aplicação do OPEN em determinados dias do mês. Não se pode conviver com salários defasados. Não se pode conviver com o gatilho inflacionário. Não se pode conviver com a queda do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro, e com o sacrifício da mini e da pequena empresa deste País.

Urge portanto, aos políticos dos mais variados partidos, na representação verdadeira lhes conferida com um mandato, entendermos que a situação nacional não pode ser pura e simplesmente a disputa de nomes para concorrer a cargos eletivos. O Paraná e o Brasil nos cobram muito mais. Nos cobram a clarividência de perceber que somos um País vivendo uma das suas maiores crises econômicas. Nos cobram a coerência de sermos brasileiros, de sermos patriotas, de defendermos os interesses maiores da população, que nem partido político tem, mas que trabalha, que é chefe de família, que é mãe de família e que sofre no dia-a-dia as dificuldades que estamos passando.

Quero portanto Senhor Presidente, Senhores Parlamentares insistir nesta idéia de que é possível um entendimento nacional, se ele for descentralizado. Se nós perguntarmos ao trabalhador paranaense, ao empresário paranaense, qual é a sua proposta para um pacto social, evidentemente essa preocupação, essa proposta poderá não ser a mesma do trabalhador ou do empresário de São Paulo, do trabalhador ou do empresário de Pernambuco, de Santa Catarina, ou do Rio Grande do Sul. Temos que medir a

necessidade e a dificuldade que o povo brasileiro pensa, pela representação legítima de cada um no seu setor onde ele está vivendo, e não podemos delegar a centralização também das reivindicações nas mãos de poucos, com situações diferenciadas nos outros Estados, para chegarmos a um pacto social, a um entendimento que permita a reorganização econômica nesta Nação, pois não podemos continuar caminhando com as dificuldades em que vivemos hoje.

Repito, uma vez mais nesse plenário, quando vemos centenas, milhares de pequenos e médios empresários paranaenses à beira da falência, quando percebemos nos cartórios títulos protestados, firmas paranaenses pedindo concordata, indo à falência, eu muitas vezes me pergunto, se o Senhor Mário Amato, se a FIESPE, pode falar em nome de todos os empresários nacionais; se ela representa nesse instante o que pensa a Federação do Comércio ou da Indústria do Paraná, ou de outro Estado. E quando vemos as classes trabalhadoras dos Estados brasileiros, como o Paraná, como os Estados do Nordeste, de salários aviltados, eu me pergunto também, se a CGT, se a USI se a CUT paulista podem falar em nome de todos os trabalhadores desta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir. Por isso Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, mais do que nunca, seja bem-vinda a idéia do entendimento nacional, via Estados, para que o Brasil na sua Federação possa analisar a conduta, o pensamento e a dificuldade de todos os brasileiros.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o Horário das Lideranças, está encerrada a Hora do Expediente,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 24/87, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade públi-

ca a Federação de Entidades de Servidores Públicos do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 22 de 25.03.87).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 24/87

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a Federação de Entidades de Servidores Públicos do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 28/87, de autoria do Senhora Deputada Irondi Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Menores e Educadores - APME, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 25 de 31.03.87).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 28/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, declara de utilidade pública a Associação de Pais, Menores e Educadores", com sede e foro nesta Capital do Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n. 6.994/78, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de utilidade pública.

Por tal fato, nosso parecer é FAVORÁVEL, nos permitindo opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 36/87, de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, que declara de utilidade pública a Associação das Pequenas e

Médias Empresas do Paraná, com sede na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 31 de 09.04.87).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 36/87

P A R E C E R:
O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulino José Delazeri, declara de utilidade pública a Associação das Pequenas e Médias Empresas do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

A matéria atende ao disposto na Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de utilidade pública.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
ACYR MEZZADRI
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 37/87, de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, que declara de utilidade pública a Casa Latino-Americana - CASLA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 31 de 09.04.87).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 37/87

P A R E C E R:
De autoria do nobre Deputado Acyr Mezzadri, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a Casa Latino-Americana - CASLA, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental à sua tramitação pelos demais Órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
GERNOTE KIRINUS
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 43/87, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Santa Terezinha, com sede e foro no Município de Paraíso do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

de. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 43/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Santa Terezinha, com sede e foro no Município de Paraíso do Norte, neste Estado.

Art. 2.^o - A presente Lei, entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Santa Terezinha, fundada em 08 de março de 1985, vem, no decorrer desse período de sua instalação, servindo de forma comunitária à toda a área limítrofe de sua região. Seus principais objetivos não são outros, senão o de servir bem toda a sua comunidade, debatendo junto dela os problemas a serem enfrentados, bem como dividindo de forma humana todos os momentos felizes, almejados por todos, sem distinção de cor, religião ou nacionalidade.

Deste modo, entendemos que por ser a supra-citada Associação um exemplo de força de vontade que sempre se voltou para o bem social e o bem-estar geral de todos os moradores é que vimos declará-la de Utilidade Pública, com o único objetivo de estimular a todas as outras comunidades a se unirem deste modo, constituindo-se, assim, em uma maneira prática de enfrentar os problemas sociais do nosso dia-a-dia.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 43/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei, ora em exame, de autoria do nobre Deputado Eduardo Baggio, declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Santa Terezinha, com sede e foro no Município de Paraíso do Norte, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n. 6994/78, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de utilidade pública.

Por tal fato, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 28.04.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
Relator

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do

expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Miguel Michalowski, ocorrido no Município de Prudentópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, com apoio do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Célia Bernardes da Cunha, ocorrido no dia 21 de maio do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Olívio Ângelo Bolognini, ocorrido no dia 13 de maio do corrente ano, no Município de São Pedro do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n. 44/87, Mensagem Governamental n. 39/87, que tem a finalidade a extinção de 8.303 cargos de provimento efetivo da parte permanente do quadro Geral do Poder Executivo, criado pela Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e constante dos grupos ocupacionais nela previstos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma terceira pista no trecho da BR-153, ligando os Municípios de Santo Antonio da Platina à Jacarezinho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Santa Helena, pela passagem do 20.º aniversário de Emancipação Política. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando licença desta Assembleia, para viajar ao exterior, em caráter cultural, pelo prazo de 15 dias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura, Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento, com Moção de Apoio ao Programa Estadual de Melhoramento Genético em Suínos/1987. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Minis-

tros da Fazenda e da Agricultura, Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento, com Moção de Apoio aos Sindicatos Rurais do Sudoeste do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco Central, viabilizando a unificação das Resoluções n. 1.308 e 1.274 e posterior aprimoramento, de forma que esta instituição passe a interferir diretamente na liberação de recursos destinados aos pequenos, médios e microempresários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do INAMPS, para que o mesmo determine à Empresa DATAPREV, a agilização da entrega de carnês de aposentadorias e pensões no Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Previdência Social e do Trabalho e Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo a instalação de um posto de atendimento do FUNRURAL para o Município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do trecho de estrada rural do Município de Guaíra, ligando a sede do Distrito de Dr. Oliveira Castro, passando pelas Localidades de Vila São Domingos e Cruzeirozinho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do INPS, encarecendo a reabertura do posto de atendimento daquele Instituto no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela edição do 18.º número do Jornal "Pia-tã", do Município de São José dos Pinhais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento em homenagem ao Cel. Joaquim Antonio de Moraes Sarmiento-Patrono da Polícia Militar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de apoio ao Programa Estadual de Melhoramento Genético, em Suínos/Ano 1987, elaborado pela Associação Paranaense de Suinocultores. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação de um posto da Polícia Rodoviária Estadual, no Município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo seja procedida uma correção da Rodovia Dois Vizinhos/São Jorge D'Oeste, no local denominado Curva do Cabrito. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a criação de ensino de 2.º Grau no Colégio Estadual José Busnardo, no período noturno, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo um prazo de carência de três anos para os agricultores brasileiros em dívidas junto aos bancos e instituições de crédito. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para a A.P.P. do Município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a creche "Alan Kardec", do Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Comissão de Organização Eleitoral Partidária e garantia das Instituições da Assembleia Nacional Constituinte, expressando o apoio desta Casa ao projeto que prevê a fixação do direito ao voto aos cidadãos brasileiros a partir de 16 anos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde, encarecendo seja incluído, nos rótulos de todos os produtos, a decodificação dos aditivos e a percentagem deles, e ainda, que haja reformulação na legislação brasileira referente a aditivos químicos usados na indústria de alimentos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a remessa a esta Casa das conclusões da Comissão de Inquérito sobre a deterioração da merenda escolar. **Em discussão. Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Secretário da Educação, pela sua democrática decisão determinando o levantamento da intervenção no Colégio Estadual do Paraná. **Em discussão. Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis ns. 222/86, 225/86, 234/86, 263/86, 283/86, 284/86, 286/86, 12/87, 14/87, 24/87, 28/87, 36/87, 37/87, 43/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAUL LOPES, EM SESSÃO DO DIA 21 DE MAIO DE 1987.

"CORONEL JOAQUIM ANTONIO DE MORAES SARMENTO, PATRONO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.

Cearense de nascimento, ingressou no Regimento de Segurança do Paraná em 29 de

junho de 1907, há oitenta anos passados.

No posto de Alferes, hoje Aspirante Oficial, participou da Batalha do Irani, na grande campanha do Contestado, na qual, ficou patenteada sua tãpera de bravo lutador.

Já como Capitão, em 1924, no período revolucionário, Sarmento comandou o 1.º Batalhão de Infantaria, Revolução de onde saiu promovido ao posto de Major a 05 de março de 1925.

A 25 de julho do mesmo ano era, Sarmento, promovido a Tenente Coronel.

A 27 de dezembro de 1926, foi Sarmento reformado, graduado no posto de Coronel.

A 31 de abril de 1934, falecia o grande e lendário Coronel Sarmento.

Em 1968, por força da Lei, Sarmento fora tornado imortal quando da sua escolha como sendo o Patrono da Polícia Militar do Paraná.

COMPANHEIROS POLICIAIS MILITARES

Que cada um de nós tenha presente em sua mente, a imagem do nosso querido Patrono Sarmento, bravo lutador da Guerra do Paraguai, no Cerco da Lapa, nos Campos de Irani e na Revolução de 1924. Ele aí está a mostrar a carinho para os que hoje exercem o sacerdócio de mantenedores da ordem e da segurança pública.

Isto posto, rendo meu preito de reconhecimento e respeito ao Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Paraná.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DA 10.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1.987 QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e José Rogério Carvalho.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Alga-ci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nel-

son Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Acyr Mezzadri, Gernote Kirinus e Pedro Tonelli (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 57/86, que declara de Utilidade Pública o CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, com sede e foro no Município de Ipiranga. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 23/86, de 08.04.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 122/86, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Arcebispo de Londrina, D. GERALDO MAJELLA AGNELO. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 51/86, de 28.05.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 135/86, que declara de Utilidade Pública o HOSPITAL OSWALDO CRUZ, com sede e foro no Município de Teixeira Soares. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 63/86, de 17.06.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 142/86, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ARAÇÁ, com sede nesta Capital. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 66/86, de 23.06.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 198/86, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, com sede e foro na cidade de Curitiba. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 89/86, de 27.08.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 20/87, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão, o imóvel constituído pela data n. 16., da quadra n. 36, com área de 779,80 m2, localizado naquele Município, conforme matrícula n. R1/7.600 Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão.- Aprovado. (Public. no D.A. n. 16, de 17.03.87, Mens.).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 03/87, que aprova o Convênio celebrado em 18/11/85, entre o Estado do Paraná, atra-

vés da Secretaria da Agricultura e o Município de MEDIANEIRA, objetivando a execução de um plano de fomento à agropecuária naquela municipalidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 16, de 17.03.87, Mens.).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão - Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a Sessão